

PLENÁRIA UNIVERSITÁRIA DA UEPB

“Agore-se”: Carta da Comunidade Acadêmica em resposta ao Projeto “Future-se” do Governo Federal

No Brasil, o que temos como estrutura universitária no país deriva do que ficou estabelecido na Constituição Federal (Artigos 205, 206 e 207). De modo objetivo, está posto que a educação é um direito de todos e dever da família e do Estado, garantidos, dentre outros direitos, o pluralismo de ideias, a valorização da carreira (concurso público), a gestão democrática e a busca permanente por um padrão de qualidade elevado. Em relação às universidades, coube destaque a questão da autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, além de reconhecido espaço para promover a redução das desigualdades. Mesmo com tais garantias constitucionais, a atual conjuntura político-econômica do país tem permitido que governo Federal promova projetos e ações que entram em colisão com tais direitos.

O MEC lançou recentemente uma “nova” proposta para as Instituições de Ensino Superior Brasileiras, denominada de “Future-se”, cujo objetivo central é abrir as Universidades e Institutos Federais para o capital privado. Esse Projeto de Lei altera 17 leis, entre elas a

LDB, o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal; a lei dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; as normas para isenção tributária de importações, bem como as regras de deduções do imposto de renda.

Essa iniciativa governamental, em sintonia com o atual modelo de gestão do país, que desconsidera o debate democrático e o conhecimento científica, tem por objetivo reduzir o investimento público nas universidades e adotar o sistema de financiamento privado através de parceria público-privado. Focado nesse objetivo, o MEC pretende levar as OS's. (Organizações Sociais) para as gestões das Universidades/Institutos, quebrando sua autonomia didático/pedagógica; abrir o financiamento das pesquisas aos bancos e empresas privadas; transformar os Departamentos das Universidades em centros de negócios e os professores em empreendedores. Além disso, a partir do Future-se a contratação de servidores será feita via terceirização através das O.S., acabando os concursos públicos e pressionando regressivamente a política salarial.

Essa proposta do MEC muda o paradigma atual de universidade pública de gestão democrática para os interesses do povo e do estado brasileiro, para uma universidade pública de gestão privada voltada aos interesses dos investidores. Nesse modelo todos perdem, menos os empresários, porque quando isso estiver prestes a ocorrer o governo reduzirá ainda mais sua participação no financiamento, introduzindo a cobrança de mensalidades. Embora essa política esteja destinada às universidades e aos Institutos federais, os desdobramentos servirão de referência para o contexto mais amplo do ensino superior no país, com consequências nas universidades estaduais, a exemplo da UEPB.

Na Paraíba, as instituições públicas de ensino superior, incluindo o IFPB, impactam na economia do Estado com um valor maior que o orçado para a cidade de João Pessoa (2,929 Bilhões das Instituições e 2,4 Bilhões da Capital do Estado). Significa dizer que, levando-se em consideração o montante de recursos investidos, a educação superior possui o segundo maior orçamento do Estado da Paraíba. Em outras palavras, não são ilhas ou distantes da população. Seja com os estudos e intervenções (formação, pesquisa e extensão), seja na economia (empregando, contratando, comprando, alugando e pagando impostos) as universidades estão muito próximas do dia a dia das pessoas. Nesta linha de raciocínio, qualquer política que venha a reduzir os investimentos em tais instituições trará impactos negativos para toda a economia do Estado. Em resumo, na Paraíba, o ensino superior público se constitui como estratégico vetor de identidade e de desenvolvimento.

A UEPB apresenta um perfil socioeconômico com 70% dos estudantes oriundos do ensino público e de baixa renda. Entretanto, apesar de sua importância, os últimos anos foram de restrições orçamentárias, agravada a partir de 2016 com reduções nos valores do duodécimo e do próprio orçamento da universidade. Como consequência, os servidores já estão há cinco anos sem reposição salarial e a UEPB não tem feito concursos para docente, possuindo mais de 30% de professores substitutos em seu quadro, além de limitações para atender as demandas de assistência estudantil. O conjunto das restrições orçamentárias impacta diretamente sobre os recursos para apoiar as atividades de pesquisa e extensão e, conseqüentemente, afeta toda a manutenção das atividades institucionais.

Assim, a comunidade acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba, presente nesta Plenária Acadêmica Unificada, no dia 27 de agosto de 2019, e representada por suas entidades sindicais ADUEPB, SINTESPB/UEPB, como também, pelo Movimento Estudantil e Administração Central/Reitoria vem a público externar a sua total discordância com o PL do programa "Future-se" pelas razões expostas e, igualmente importante, pela compreensão que a aprovação do referido projeto impactará negativamente as universidades Estaduais, notadamente a UEPB. Portanto, sobre o "Future-se", respondemos com um "Agore-se", no sentido de caminharmos juntos ao "agora", na contínua e renovada disposição para a defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

UEPB - ADUEPB - SINTESPB/UEPB - Correnteza - Levante - UJS